



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE

Excelentíssimo Estado de Minas Gerais Vereadores do

Município de Pouso Alegre, Minas Gerais,

Pouso Alegre 23 de dezembro de 2016.

PARECER JURÍDICO AS EMENDAS 01 A 20

AO PROJETO DE LEI Nº 824/2016

Projeto de autoria Parlamentar

A pedido da secretaria dessa Casa de Leis analisaremos por meio de parecer jurídico a legalidade das Emendas 01 a 20 ao Projeto de Lei nº 824/2016.

A propositura analisada deve guardar correspondência com o projeto de lei originário, como se vê pelas Propostas de Emendas ao Substitutivo nº 001 ao Projeto de Lei 824/2016,

Sob o aspecto legislativo formal, a proposição em exame se afigura revestida da condição legal no que concerne à competência, e quanto à iniciativa, que é privativa do Chefe do Executivo.

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;”.

O presente projeto de lei foi elaborado no exercício da competência legislativa, consoante o disposto no artigo 30, incisos I, da Constituição Federal, já que compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.

Por interesse local entende-se:

“todos os assuntos do Município, mesmo em que ele não fosse o único interessado, desde que seja o principal. É a sua predominância; tudo que repercute direta e imediatamente na vida municipal é de interesse local”. (CASTRO José Nilo de, in Direito Municipal Positivo, 4. ed., Editora Del Rey, Belo Horizonte, 1999, p. 49).

A competência do Município, portanto, reside no direito subjetivo público de tomar toda e qualquer providência, em assunto de interesse local, isto é, em assuntos de seu peculiar interesse, legislando, administrando, tributando, fiscalizando, sempre nos limites ou parâmetros fixados pela Constituição da República e também pela Constituição Estadual.

Conforme se depreende da análise dos dispositivos legais transcritos, as subvenções sociais visam à prestação de serviços essenciais de assistência


social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos for mais econômica para a Administração Pública.

Portanto as subvenções apenas suplementam os recursos privados aplicados nas ações mencionadas pelas entidades a serem beneficiadas.

Por tais razões, SMJ, **exaro parecer favorável** ao projeto lei parlamentar, frisando-se que eventuais questões não abordadas poderão ser objeto de nova consulta a essa Assessoria Jurídica e, de toda forma, ficam resguardadas as opiniões contrárias.

É o modesto parecer, SMJ, sem embargo de outro em sentido diverso, para com os quais fica registrado respeito.

É o modesto parecer, SMJ.


Wander Luiz Moreira Mattos
Consultor jurídico
OAB/MG nº 93.288